



WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 28 de Setembro de 2025 | Ano VI, n.º 712 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

O que falta à Justiça para agir depois da anunciada morte do SUSTENTA sem cumprir os objectivos da sua criação?



Introdução

Em Maio deste ano, o actual Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Mito Albino, fez um pronunciamento¹ considerado como a sentença pública de morte do *Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA)*, criado em 2016 e inicialmente implementado nas províncias de Nampula e Zambézia, sendo expandido, a partir de meados de 2019, para o

resto do país.

O distanciamento do ministro Roberto Albino, e do Governo de Daniel Chapo, em relação ao projecto, foi visto, na altura, como uma espécie de reconhecimento público de que o programa, que foi bandeira de governação de Filipe Nyusi, não passou de um embuste², concebido para servir interesses políticos, em particular para a con-

¹ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/43440>

² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/SUSTENTA-De-Bandeira-de-Governacao-a-Embuste-que-Deixa-para-Tras-um-Legado->

solidação da influência do antigo ministro da Agricultura e pai do projecto, Celso Correia.

Trata-se de um projecto que deixa um legado de gestão danosa e criminoso, com dívidas para o erário público, que já justificariam

a intervenção dos órgãos da Justiça, com destaque para a Procuradoria-Geral da República (PGR), que se mantém num silêncio estranho.

Diante destes factos, o Centro para Democ-

racia e Direitos Humanos (CDD) reitera a necessidade de a PGR abandonar a inacção e o silêncio, e intervir no caso SUSTENTA para garantir a responsabilização dos seus mentores, com destaque para Celso Correia.

Projecto não cumpriu o seu mandato

Aquando da sua criação, o SUSTENTA vendeu a ilusão de um programa que pretendia a integração dos produtores em cadeias de valor, através de apoios directos no fornecimento e uso de insumos, à mecanização e à introdução de inovações tecnológicas. Também apareceu com o discurso de pretender promover um *upgrade* técnico das explorações dos PACE (Pequeno Agricultor Comercial Emergente) e, estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA (Pequenos Agricultores) nas suas zonas de influência.

Entretanto, o cruzamento de estudos e de informação disponível mostra que o projecto não cumpriu o mandato para o qual foi criado. Foi um projecto partidário. A partir de um modelo de gestão altamente centralizado, andou mergulhado na corrupção e alimentou redes clientelistas com fins partidários. Resultados de uma avaliação³ do Observatório do Meio Rural da primeira fase do programa SUSTENTA (2016- 2019), divulgados em 27 de Julho do ano passado, indicam que o programa era implementado de forma centralizada em termos administrativos e era descoordenado inter-sectorialmente nos diferentes níveis territoriais e não era transparente.

Apesar de o programa se propor a promover um *upgrade* técnico das explorações dos PACE e estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA nas suas zonas de influência, o OMR concluiu na sua avaliação o seguinte: “Os pequenos produtores dizem-se secundarizados em relação ao programa”.

A avaliação do OMR concluiu que o projecto era altamente centralizado. E uma das evidências que traz para ilustrar a centralização



é a assistência dos tractores. No período em análise, os técnicos e o material usado para a reparação dos tractores saíam de Maputo. Isto teve um impacto no tempo de resposta e nos custos operacionais. Segundo o estudo, o programa não cria cadeias de valor, não está suportado por investigação.

No que concerne a questões ambientais, a pesquisa constatou que “poucas acções são difundidas em defesa dos eventos climáticos extremos”. É preciso lembrar que Moçambique é ciclicamente afectado por eventos climáticos. O programa, segundo os pesquisadores, não possuía uma concepção

de desenvolvimento rural integrado. Do ponto de vista de políticas públicas, a avaliação mostra que há comparticipação do Estado no investimento aos equipamentos, taxas de juro abaixo dos praticados no mercado e períodos de amortização alargados, isto é, subsídios directos. No fundo é dinheiro perdido por parte do Estado, que dificilmente será recuperado. O programa fomenta a emergência de um grupo de produtores cujo processo de selecção obedece em primeiro plano questões partidárias. Segundo o OMR, cerca de 90 por cento dos entrevistados na pesquisa eram membros do partido Frelimo.

Corrupção, legado de gestão danosa e dívidas

Dois relatórios do Tribunal Administrativo (TA) constataram uma gestão danosa de milhões de dólares no Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o “saco azul” usado por Celso Correia para consolidar a sua influência no Governo e no Partido Frelimo. Dados de 2017, quando o FNDS (fonte de financiamento do SUSTENTA) ainda estava no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, indicam que só o Banco Mundial estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geri-

dos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique.

O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climáticas, terras, florestas e

ambiente.

O vasto leque de áreas de actuação foi desenhado com o objectivo de impressionar os doadores a financiarem o Fundo, que rapidamente se transformou no “saco azul” usado por Celso Correia para cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. A narrativa de sucesso do SUSTENTA não resiste, quando confrontada com os dados oficiais sobre a insegurança alimentar em Moçambique.

Os dois relatórios e contas têm em comum

³ <https://omrmz.org/observador/or-141-analise-do-projecto-sustenta-2017-2019/>

o facto de revelarem uma gestão danosa, com requintes de crime organizado. Na parte referente ao SUSTENTA, o TA identificou vários problemas de gestão e de falta de transparência, com destaque para: falta de identificação das matrículas das viaturas beneficiárias de combustível; mecanismo de publicação das chamadas que não abrange todo o público-alvo; encarecimento de despesas e consequente incumprimento do plano do Projecto, motivado pela realização de despesas em meticais, com recurso a uma conta em dólares; inexistência de plano estratégico do Projecto; falta de evidências de aprovação dos projectos financiados; falta de evidências de selecção dos PACE com base nos critérios definidos no manual de operações; falta de evidências que demonstram que os PACE possuem experiência em cadeias de valores; facturas sem a inscrição “pague-se” e sem a chancela do coordenador; cheques emitidos

em nome dos colaboradores; processos de despesas com falta de justificativos.

Mas há outros problemas graves constatados pelo TA que efectuou visitas aos PACE no âmbito da auditoria. Por exemplo, notou-se a ausência de acompanhamento dos PACE por técnicos especializados dos serviços distritais; as alfaias agrícolas que receberam não são adequadas para o tipo de áreas de cultivo; os tractores e as camionetas que receberam não possuem títulos de propriedade nem livretes, sendo a circulação mantida com recurso a verbetes que na maioria estão fora de prazo; muitos beneficiários não receberam treinamento para manusear os equipamentos recebidos; os PACE receberam sementes deterioradas, fora do prazo e em quantidades incompletas.

Na campanha 2020/2021, os PACE perderam a campanha devido à má qualidade da semente. Mesmo assim, o fornecedor (Casa

do Agricultor) não reembolsou as sementes aos PACE, apesar do preço incluir o seguro. Os auditores não encontraram evidências de que os PACE possuem experiência na área da agricultura, uma das condições exigidas para beneficiar do SUSTENTA. Da análise efectuada aos processos dos PACE verificou-se que na lista dos beneficiários entregue à equipa de auditoria não foram apresentados os respectivos processos de *procurement*.

Esta constatação parece confirmar as queixas de que o financiamento do SUSTENTA beneficiou pessoas ligadas ao Partido Frelimo, sem experiência na agricultura. Muitos PACE não conseguiram apresentar aos auditores do TA os pequenos agricultores com quem trabalham nem os contratos assinados com os mesmos. O FNDS não faz a monitoria das actividades dos PACE e da rede de vendas após a campanha; não há registo da produção e das vendas realizadas pelos PACE.

Conclusão

O fim anunciado do SUSTENTA, sem que os seus objectivos tenham sido alcançados, não pode ser tratado apenas como um fracasso administrativo. Estamos diante de um caso paradigmático de má gestão de fundos públicos, de corrupção e de instrumentalização de políticas públicas para fins partidários e pessoais. A inacção da Justiça, em particular da PGR, não só perpetua a impunidade como compromete a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado e no próprio futuro da agricultura em Moçambique. O CDD reitera, por isso, a urgência de uma intervenção firme das autoridades competentes, que assegure a responsabilização criminal, civil e política dos mentores do projecto, com destaque para Celso Correia, e que garanta a reparação dos danos causados ao erário público e à sociedade. Só assim será possível romper o ciclo de impunidade e abrir caminho para políticas públicas verdadeiramente orientadas para o desenvolvimento da agricultura, a segurança alimentar e o bem-estar dos moçambicanos.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.


MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

